

Oposição a Bolsonaro cresce nas lutas e nas ruas

Artigo de Fernando Silva.

O 14 de junho foi um dia vitorioso. Embora a Greve Geral em si tenha sido parcial, a totalidade do dia foi marcada pela combinação de greves, atos massivos, passeatas e bloqueios, desde as primeiras horas da manhã. Foi um dia amplo de protestos e protagonismo de inúmeros setores sociais, combinando já diversas pautas que vão aumentando a oposição ao governo nas ruas.

Houve forte paralisação, principalmente nos transportes e servidores públicos, com destaque para a educação. Transportes (ainda que parcialmente) e educação tiveram paralisações em praticamente todos os estados da Federação e Distrito Federal, segundo levantamento do próprio G1, da Globo. Segundo o mesmo levantamento, houve paralisação expressiva dos bancários em 11 capitais do país. Também houve greve expressiva em petroleiros, portuários e metalúrgicos (todas as montadoras do ABC pararam). Nas passeatas e atos houve muita presença da juventude que aderiu aos protestos em escolas e universidades; o MTST cumpriu um protagonismo importante na região metropolitana de São Paulo com bloqueios de vias e estradas e, em menor medida, em algumas outras cidades.

Os atos de final de tarde na média foram muito expressivos, alguns muito massivos, considerando que era um dia de greves e dificuldade de mobilidade. Foram atos muitos maiores do que no dia da Greve Geral de 2017, embora enquanto greve geral a de 2017 foi superior. Entre outras razões, porque em 2017 houve maior unidade das centrais contra a reforma trabalhista e previdenciária, ao contrário deste ano, quando centrais mais moderadas e de tradição pelega, como a UGT, recuaram nas vésperas, o que contribuiu, por exemplo, para retirar os trens e ônibus da greve na região metropolitana de São Paulo; possivelmente refletindo já a posição de algumas centrais em negociar a reforma da Previdência e de se sentirem um tanto contempladas pelo relatório apresentado pelo Centrão [1] na Comissão de Constituição e Justiça na Câmara dos Deputados, um dia antes da greve.

Também vale destacar que tal como o 15M e o 30M, a capilaridade das manifestações do dia 14 foi muito ampla, não se restringindo às capitais, mas ocorrendo novamente em centenas de cidades. Segundo a CUT, houve greve e protestos em 385 cidades, o G1 da Globo registrou oficialmente mais de 200 cidades do país. É bastante expressivo.

Mas, independente dos números mais exatos, podemos, com segurança, afirmar que o 14 de junho se insere na curva ascendente da resistência social e popular ao governo e suas políticas. As lutas sociais têm protagonismo. Esse movimento de massas ainda não unificado, multifacetado, mas com diversos atores da nossa classe está em ascensão e incide no tabuleiro político do país.

Por exemplo, no caso da reforma da Previdência, o relatório apresentado pelo Centrão nesta semana na CCJ em relação ao projeto original de Guedes-Bolsonaro é uma derrota parcial do governo. A retirada da capitalização é uma tremenda derrota do capital financeiro em particular. Expressão da crise do andar de cima sim, mas também expressão da crescente resistência popular. A luta e a resistência dos servidores públicos no nível dos estados e municípios também ajuda a explicar a retirada dos estados do projeto que está em discussão na comissão.

Mas não devemos subestimar de toda forma que ainda não houve uma virada na conjuntura. Dizer que a curva da resistência é ascendente não é o mesmo que desconhecer as contradições desta conjuntura. Além do recuo de algumas centrais, também houve uma ação coordenada do Judiciário para impedir a greve, em especial no setor de transportes. Ao contrário dos atos de maio, houve também um outro patamar de repressão policial sobre piquetes e bloqueios, que buscaram esvaziar a greve logo na madrugada e manhã do dia 14. Houve dezenas de prisões de ativistas, estudantes e trabalhadores em alguns estados, como Rio Grande do Sul e São Paulo. E não menos relevante é que a batalha político-ideológica contra a retirada dos direitos previdenciários não está ganha ou consolidada na maioria da população. Ainda haverá uma forte queda de braço com o governo e a direita na propaganda e nas ruas.

Fernando Silva é jornalista e membro do Diretório Nacional do PSOL.

[1] - Centrão refere-se a um conjunto de partidos políticos que não possuem uma

orientação ideológica específica e tem como objetivo assegurar uma proximidade ao poder executivo de modo que este lhes garanta vantagens e lhes permita distribuir privilégios por meio de redes clientelistas